

XXXII Semana de História da UFJF: “O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História”.

RELAÇÃO DOS SIMPÓSIOS TEMÁTICOS APROVADOS E SUAS EMENTAS

Simpósio Temático 01: Possibilidades de estudo sobre a Idade Média (séculos IV - XV).

Coordenadores:

Flora Gusmão Martins (Mestranda UFRJ)

Thaiana Gomes Vieira (Mestranda UFJF)

Ementa:

A proposta desse Simpósio Temático é abrir, na XXXII semana de História da UFJF, um espaço para debate, meio de troca e expansão das pesquisas sobre a Idade Média, realizadas no Brasil. Compreendemos que eventos desse tipo são importantes para aprofundar as reflexões e os diálogos historiográficos, bem como apresentar novas fontes ou abordagens ainda pouco conhecidas.

A temática proposta é bastante ampla e possibilita a inclusão de problemáticas, regiões e tempos diversos. Sugerimos que seja realizado, sempre que possível, um debate interdisciplinar, ancorado na percepção do tema pela História, o que permite a troca de experiências entre pesquisadores que se dedicam ao estudo da Idade Média em distintas áreas do conhecimento. Os estudos sobre o medievo perpassam as atuais questões da sociedade e da historiografia.

A metodologia adotada no Simpósio Temático será a apresentação de comunicações, organizadas pelos coordenadores de acordo com a afinidade temática, seguida por debates, possibilitando a troca entre todos os participantes do Simpósio.

Simpósio Temático 02: Mundos do Trabalho.

Coordenadores:

Caio da Silva Batista (Mestre em História / Doutorando em História – Universidade Federal de Juiz de Fora)

Ana Paula Dutra Bôscaro (Mestre em História / Doutoranda em História – Universidade Federal de Juiz de Fora)

Ementa:

O presente simpósio pretende possibilitar o diálogo e a troca de experiências entre pesquisadores com trabalhos acadêmicos finalizados, em andamento ou em processo de construção que tratem da temática “Mundos do Trabalho”. Nesse sentido, o presente simpósio busca reunir pesquisas que aborem as experiências vividas por trabalhadores livres, escravos e/ou libertos nas diversas sociedades que se desenvolveram no decorrer do século XVI ao século XX.

Desde a década de 1970 com a concepção da “História vista por baixo” diversos trabalhos buscaram e ainda buscam desenvolver estudos sobre o cotidiano dos trabalhadores em diversos períodos e tempos históricos. Tal historiografia foi influenciada por diversos autores, com destaque para a História Social de origem britânica, com Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm. Dialogando com essa produção historiográfica o presente simpósio busca reunir trabalhos que abordem os diversos mundos do trabalho dentro da concepção de “História vista por baixo”.

Diversas reflexões metodológicas podem ser suscitadas pelo conjunto das questões que permeiam à história dos trabalhadores e suas relações socioculturais de gênero, raça, nacionalidade, identidade, religião e classe. Inseridos no campo da História Social, amplamente influenciados por autores como E. P. Thompson e Eric Hobsbawm, entre outros, o presente simpósio busca reunir pesquisas que investiguem o trabalhador livre, liberto e/ou escravo enquanto ser social sujeito de suas próprias escolhas e opções, cujos caminhos redundam em conflitos e/ou acomodações. A proposta deste Simpósio dá espaço às pesquisas que analisam os processos históricos coletivos ou individuais, que envolvam os trabalhadores em diferentes condições sociais frente às mais diversas conjunturas espaciais e que, portanto, nos tragam reflexões sobre o caráter múltiplo e complexo das experiências dos trabalhadores em sobreviver, lutar, resistir, acomodar, politizar, festejar, ritualizar, memorar, etc.

Neste sentido, esse simpósio apresenta sua relevância ao buscar reunir pesquisadores que analisem os trabalhadores em seus locais de trabalho, moradia, lazer e organização coletiva. Também é nosso objetivo desenvolver a reflexão a respeito das possibilidades (e dificuldades) de investigação histórica nos arquivos e acervos públicos e/ou privados e suas tipologias documentais disponíveis, cujo teor possa servir como fonte de informação e reflexão sobre a temática.

Simpósio Temático 03: Redes de sociabilidade, compadrio, relações familiares e matrimônios - Séculos XVII-XVIII.

Coordenadores:

Débora Cristina Alves (Doutoranda UFJF)

Kelly Sellani (Mestranda UFJF)

Ementa:

O presente simpósio temático tem como intuito reunir pesquisadores interessados nas análises históricas que versam sobre redes de sociabilidade, compadrio, relações familiares e matrimônios que se constituíram ao longo do século XVII e XVIII pautados em uma lógica hierárquica típicas de uma sociedade de Antigo Regime. A proposta versa em compreender e observar as diferentes fontes e análises empregadas pelos pesquisadores do tema e os distintos desafios encontrados na investigação.

No Brasil, em termos gerais, especialmente a partir da década de 1980, os estudos sobre as relações de parentesco e compadrio vêm se destacando dentre os estudos historiográficos acerca da vida familiar no período colonial. Tais estudos tendem a demonstrar que o núcleo familiar não era apenas constituído por pais e filhos e/ou co-residentes e englobavam o conjunto amplo da parentela. Portanto, confirmam que o núcleo familiar ia além de uma simples unidade social e formava de fato uma organização política.

As análises acerca das diferentes estratégias familiares, dentre elas, redes de sociabilidades, compadrio e matrimônios são fundamentais para compreender como estes agentes históricos se posicionavam num universo permeado por elementos de Antigo Regime, quais sejam: valores de honra, prestígio, distinção e desigualdades.

Reconhecendo-se e sendo reconhecidos como nobres, as famílias nesse período preocupavam-se em manter sua hegemonia e para tal empregavam estratégias matrimoniais e instituíaam redes clientelares com seus pares sociais no intuito de produzir alianças políticas e econômicas. Tais estratégias não foram empregadas apenas pela classe dominante, indivíduos das camadas mais pobres, como escravos e forros, também utilizaram os matrimônios e as redes de sociabilidade com o intuito de obterem ascensão e mobilidade social. Os valores que norteavam a sociedade de Antigo Regime pautavam-se fundamentalmente pela distinção e desigualdade social, porém, conforme vêm apontando alguns autores as relações desenvolvidas via compadrio possibilitavam aos estratos subalternos da sociedade melhorias em suas condições de vida, apesar de estarem inseridos num contexto social desigual, no qual as possibilidades de melhorias de vida eram limitadas e desiguais. Sendo assim, através das normas do Antigo Regime, estes grupos subalternos adquiriam ferramentas conceituais para criar redes sociais e

implementarem estratégias de seus interesses. A fim de alcançarem benesses e se distinguirem diante do seu respectivo grupo social.

As alianças familiares, políticas e sociais, primordiais para a ascensão na hierarquia nobiliárquica, muitas vezes, foram instituídas através da realização de matrimônios. A inserção de indivíduos de prestígio ou ligados a famílias de gente nobre foi determinante no momento da escolha do cônjuge, já que possibilitava a manutenção e a ampliação tanto de recursos financeiros, quanto de sua preservação e ascensão como aristocratas.

Por esta ótica, nos últimos anos, a observação de diferentes fontes de pesquisas como registros de batismo e casamento, inventários post-mortem, testamentos dentre outros têm possibilitado aos historiadores a ampliar seu escopo de análise e suas perspectivas historiográficas, auxiliando a ampliação de diversas possibilidades para se compreender o período colonial. A diminuição da escala de observação, ou seja, a microanálise é de suma importância para uma observação mais profícua dos sujeitos históricos, das estratégias familiares desenvolvidas, e do contexto histórico que fora marcado por contradições, rupturas e continuidades.

Simpósio Temático 04: História da África, desafios da pesquisa e aplicações no Ensino.

Coordenadores:

Edgleice Santos da Silva (Mestranda em História – UFJF)

Eduardo Augusto Vieira Ferraz (Mestrando em História – UFJF)

Ementa:

A proposta deste simpósio temático abrange as pesquisas na área da produção de conhecimento sobre o continente africano e suas possíveis relações com o ensino de história. Possibilitando o encontro e o diálogo dos pesquisadores dos estudos africanos, suas experiências, propostas e metodologias. Conforme a temática da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, queremos refletir sobre o papel do historiador e sua responsabilidade diante deste desafio de levar para as salas de aula uma história que foi silenciada por muito tempo. Mas que hoje vem paulatinamente ganhando mais espaço na universidade. Pensando na importância da interdisciplinaridade não iremos restringir trabalhos de outras áreas do conhecimento, e nem especificar recortes temporais.

Nosso país é formado por uma pluralidade social e cultural que quase nunca se refletiu no sistema educacional, essencialmente eurocêntrico. Não por acaso, o ensino de história, literatura, cultura africana e afro-brasileira esteve ausente dos currículos escolares, desde a formação do estado-nação. Por outro lado, a luta dos diversos movimentos negros, que pode ser remontada do início do século XX, foi fundamental para a criação da lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história da Africana e afro-brasileira.

Desse modo, houve um gradativo aumento de pesquisas acadêmicas relacionada com a área, mas, em contrapartida, o impacto desse conhecimento não se fez sentir de forma satisfatória no ensino básico. A grande dificuldade que se impõe é conseguir capacitar os professores já atuantes na rede de ensino, que não tiveram no passado acesso à tais conteúdos. Atualmente, há um grande esforço de vários programas de pós-graduação e extensão das universidades públicas em criar cursos que supram essa lacuna.

Portanto, esse simpósio temático procura se inserir em um movimento mais amplo de pesquisadores da temática africana e afro-brasileiro que buscam refletir sobre as produções acadêmicas e sua aplicabilidade na sala de aula, além de contribuir para o fortalecimento da área.

Simpósio Temático 05: Nova História Política: conceitos, práticas e linguagens.

Coordenadores:

Fábio de Souza Duque (Mestrando em História pela USP)

Renato de Ulhôa Canto Reis (Doutorando em História pela UFJF)

Ementa:

A partir do “giro linguístico”, termo que procura sintetizar diversificadas e heterogêneas abordagens relacionadas às novas posições epistemológicas em diferentes áreas das humanidades, houve alterações substanciais no campo do conhecimento histórico. Dentro dessa perspectiva tratou-se de reconsiderar os problemas clássicos da historiografia, como a compreensão dos textos, dos imaginários, mentalidades, ideias ou pensamentos, práticas e instituições políticas. A historiografia mais recente, particularmente a “Nova História Política”, tem procurado enfatizar as dimensões sociais e culturais do poder, através dos estudos sobre as relações sociais, as práticas cotidianas, a linguagem e/ou os conceitos políticos e sobre as diversas formas de legitimação política. Dessa forma as abordagens voltaram sua atenção para os atores

envolvidos em diferentes contextos de debate e para a forma como lançam mão de conceitos, linguagens e estratégias para se inserir nos conflitos políticos e em suas respectivas resoluções. A proposta do presente Simpósio Temático é agregar trabalhos que se insiram nessa discussão, tanto em seu nível teórico e metodológico, quanto na realização prática de interpretação linguística e conceitual dos mais diferentes períodos ou atores históricos.

Simpósio Temático 06: Juiz de Fora: História e Pesquisa.

Coordenadores:

Felipe Marinho Duarte (Doutorando UFJF)

Bruno Novelino Vittoretto (Doutor UFJF)

Ementa:

O simpósio temático "Juiz de Fora: História e Pesquisa" destina-se a discutir e divulgar pesquisas de âmbito local que tenham Juiz de Fora como foco de análise, desde a consolidação de seu arraial no século XVIII até meados do século XX. Pretende-se promover debates sobre as dimensões dos distintos e complementares espaços do que o veio a ser o município e seu entorno, a saber, o campo e a cidade, suas especificidades e suas inter-relações com outras partes de Minas Gerais e do Brasil, bem como suas conexões internacionais. O objetivo principal é estimular uma produção historiográfica própria, cujo crescimento nos últimos anos é visível, colocando em contato pesquisadores que se dedicam aos estudos deste Locus sobre os mais variados temas: cafeicultura, escravidão, movimento operário, crédito, industrialização, urbanização, arquitetura, cultura política, associativismo urbano, religião, entre outras propostas investigativas que elucidem a História de Juiz de Fora.

Simpósio Temático 07: Ensino de História em tempos turbulentos.

Coordenador:

Fernando Gaudereto Lamas (Doutor em História pela UFF e professor do Colégio de Aplicação da UFJF)

Ementa:

O ensino de História nos últimos anos ganhou um espaço significativo no meio acadêmico, tanto nas Faculdades de Educação quanto nas Faculdades de História, especialmente pela constatação de que havia um vácuo entre a pesquisa histórica e o ensino da História. As reflexões proporcionadas desde então tanto para o campo da

consciência histórica quanto pelos campos específicos do saber histórico escolar indicam que este saber não pode se resumir a uma mera simplificação de sua versão acadêmica (CERRI, 2011, p. 50). Nessa perspectiva o presente Simpósio Temático pretende congrega as várias e distintas perspectivas relacionadas ao ensino de História: desde práticas docentes, relatos de experiência, até reflexões teóricas.

No atual momento político por que passa o Brasil o ensino de História tem sido profundamente questionado como um mero espaço de doutrinação ideológica simplesmente pelo fato de ultimamente estar levando mais à sério grupos até então excluídos das narrativas historiográficas, tais como as mulheres, os negros, os homossexuais, os pobres, entre outros. A questão torna-se ainda mais grave quando se constata que movimentos como o “Escola Sem Partido” tendem a apresentar-se como isentos de ideologia, neutros e, portanto, como portadores de uma verdade. Essa concepção fere o próprio direito à educação, uma vez que “o ensino científico está atrelado à concepção de que não se trata apenas da transmissão do conhecimento técnico, mas também da instrução para o pensar científico, o elaborar juízos científicos e da formação para a clareza crítica e autonomia espiritual.” (MALISKA, 2001, p. 176). Dentro desse contexto, discutir o papel social do professor de História torna-se não somente necessário, mas urgente.

Referências:

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: EDFGV, 2011.

MALISKA, Marcos Augusto. **O direito à educação e a Constituição**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2001.

Simpósio Temático 08: Racismo e construção de identidades: O que temos a ver com isso?

Coordenadores:

Giovana de Carvalho Castro (Mestre em Ciência da Religião)

Carla Cristina Carvalho Pereira (Mestre em Educação)

Ementa:

As ideias de raça e etnia e suas articulações no contexto de formação histórico da sociedade Brasileira. Ideologia do branqueamento e Mito da democracia racial: Bases construtivas do racismo à brasileira. Identidade social e identidade étnica: Negritude e

Branquitude. As interpretações do racismo e seus distintos modos de abordagem. As doutrinas racistas. O racismo e suas práticas nas sociedades plurirraciais contemporâneas: da segregação à denegação. Estratégias e políticas de combate ao racismo.

O Brasil é um país marcado pela presença africana em suas mais diversas instâncias. Ironicamente, num movimento perverso, ambiciona-se negar essa presença inserindo o corpo negro num lugar de subalternidade e negação de espaços de protagonismo. Eventualmente casos de racismo ganham a atenção no espaço midiático brasileiro e as medidas paliativas não colocam em evidência o cerne da questão: a manutenção do racismo na formação da população brasileira.

A perpetuação do racismo e seus efeitos nocivos inserem, de forma permanente, a perspectiva de degradação das condições de existência da população não branca no Brasil. Essa degradação revela-se em estatísticas que mostram as diversas violências que agem sobre esses corpos, conduzindo-os a situações limites expressas desde a baixa empregabilidade até a potencial mortalidade revelada pelo genocídio da população negra no Brasil. Refletir sobre tais aspectos implica em aspecto fundamental para a formação do historiador que ambiciona, seja no campo da pesquisa; seja nas práticas educacionais, atuar de forma sistêmica numa perspectiva que englobe um olhar macro acerca das engrenagens da produção e divulgação de escritas históricas sobre a população negra no Brasil.

Simpósio Temático 09: Dimensões do Mundo Rural: Territórios, gentes e suas lutas (Séculos XIX e XXI).

Coordenadores:

Henrique Dias Sobral Silva (Mestrando em História UFRRJ)

Max Fellipe Cezario Porphirio (Mestre em História UFRRJ)

Ementa:

O simpósio pretende integrar pesquisas sobre questões teóricas e estudos de caso que comportem problemáticas voltadas à compreensão do mundo rural a partir da estrutura agrária brasileira. O objetivo é debater pesquisas que se dediquem a processos sociais vistos sob a ótica da História agrária renovada, redimensionando a influência de fatores ditos externos, legais, macroeconômicos ou macro políticos, tradicionalmente vistos como os motores das transformações no mundo rural.

Destarte, serão privilegiadas comunicações que se dediquem ao mundo rural em diferentes abordagens, com foco em reflexões sobre territórios, usos de terras coletivas, usos e costumes no campo, a relação entre direitos de propriedade e proprietários, formas de dominação, ação e resistência camponesa. Tendo prerrogativas os trabalhos com temporalidades referentes aos séculos XIX e XXI, independente da curta ou longa duração, na História do Brasil. Ademais, estimulam-se apresentações de conceitos e técnicas de pesquisa, tecnologia de pesquisa para a área e abordagens pedagógicas que integrem o ensino às problemáticas em tela.

Simpósio Temático 10: Religiosidades, cultura e política: séculos XIX e XX.

Coordenadores:

José Leandro Peters (Doutorando em História UFJF)

Alexandre Luis de Oliveira (Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS)

Ementa:

Nas últimas décadas têm crescido os estudos que se interessam pelas relações entre história, religião, cultura e política. Esses estudos interpretam o fator religioso como um importante elemento para interpretação de eventos e discursos políticos bem como para a compreensão de uma dada cultura. Nesse caminho, propomos um grupo de trabalho que visa reunir pesquisadores de variadas áreas interessados em debater como os diferentes discursos e fatores religiosos estiveram relacionados aos eventos históricos (culturais, sociais e políticos) ao longo dos séculos XIX e XX, ou como os estudos no campo religioso ajudam na compreensão da história política social e cultural dos diversos Estados nos séculos XIX e XX. No que tange à história nacional brasileira, esse é um período com diversos acontecimentos que colocam em questão as variadas relações entre sociedade, religião, cultura e política. Ao longo do século XIX percebemos intensos debates em torno das relações entre Estado e Igreja: a formação do Estado brasileiro, o regime do padroado e a independência da Igreja no Brasil, a reforma ultramontana, a Proclamação a República e o Estado Laico; são exemplos de momentos em que as relações entre sociedade, religião, política e cultura estiveram em ênfase. Esses debates acabaram por repercutir ou ter a sua continuidade ao longo do século XX, em que percebemos uma disputa pelo espaço religioso entre a igreja católica e as igrejas protestantes e pelo espaço público entre as igrejas, o Estado, e diversos movimentos sociais. Esses espaços de conflito promoveram fissuras institucionais, mas também

permitiram movimentos de união entre discursos: hibridismos, mestiçagens; enfim abriram campos de negociação e quase sempre foram modificados na prática social, política, cultural e religiosa. Estamos interessados em pesquisas que abordem direta ou indiretamente essa temática sem restrições de fronteiras intelectuais ou nacionais.

Simpósio Temático 11: Por outras dimensões do Brasil Oitocentista: instituições, poder e elites locais.

Coordenadores:

Luiza Coutinho Ottero (mestranda pela UFJF)

Raissa Gabrielle Vieira Cirino (Doutoranda pela UFJF)

Ementa:

Em consonância com as novas propostas de revisitação da Historiografia atual para problematizar temáticas relacionadas à construção do Estado e nação brasileiros, esse simpósio procura reunir trabalhos sobre o poder no Brasil do XIX, de forma a indicar suas diversas dimensões dentro da dinâmica imperial. A proposta perpassa a construção do Estado, especialmente através da atuação de seus diversos agentes nos âmbitos de poder que se delineavam (municipal, provincial e nacional), bem como pelas múltiplas vias sociopolíticas que passaram a despontar após a disseminação das doutrinas liberal e constitucional, da circulação de impressos, da criação de novos códigos de lei, do surgimento de novos espaços de sociabilidade, da reformulação de estratégias políticas, da criação de novas instituições, da explosão de revoltas, entre outros acontecimentos.

Devido às recentes crises de representação política e de desvalorização das suas instituições, falar acerca da estruturação do Estado, de seus agentes e da formação de uma cultura política nunca esteve tão em voga. A partir de problematizações relacionadas ao Brasil do século XIX, que incluam temáticas que abordem poder, política, instituições e atores do período, procuraremos demonstrar o papel do historiador do XIX neste contexto, alimentando o debate sobre o contexto e salientando que a reelaboração da Historiografia, bem como sua participação nas discussões sobre a atual crise política, são ações profícuas para contribuir com a superação e solução desse quadro tão crítico. Nessa perspectiva, além de ser um espaço para troca de idéias e conhecimento, o simpósio busca fomentar pesquisas voltadas para a atuação de atores individuais ou coletivos, que intentaram participar da vida sociopolítica de suas vilas e províncias, fosse para defender seus interesses particulares, fosse para auxiliar o mais novo e importante corpo social que chamaram de Império do Brasil.

Simpósio Temático 12: Formação e ocupação do território de Minas Gerais: Espaços, paisagem, justiça – séculos XVIII e XIX.

Coordenadores:

Patrícia Vargas Lopes de Araujo (Prof^a UFV/pós-doutra em História UFMG)

Edna Mara Ferreira da Silva (Prof^a UEMG/Doutoranda pela UFRJ)

Ementa:

A história das Minas Gerais começa a ser traçada a partir de meados do século XVI, quando as primeiras expedições, vindas da Bahia, adentram a parte norte do território por diferentes pontos. A fase decisiva ocorre em finais do século XVII, quando um grande afluxo de “aventureiros”, vindos agora sobretudo do Vale do Paraíba, atraídos pelas descobertas do ouro e pedras preciosas se dirigem para esta região. Tão rápido se difundiram as notícias das primeiras descobertas, o mais variado tipo de pessoas para lá se deslocaram. Em poucos anos formaram-se um considerável número de arraiais, ou seja, pequenos acampamentos constituídos pelos “descobridores”. Focos de população movidos pela preocupação da posse da riqueza. Desde a descoberta do ouro, as Minas Gerais são procuradas por pessoas vindas de diversas regiões. Neste percurso pode-se afirmar que nasce uma região bastante significativa. No entanto, a área de povoamento mais denso é relativamente pequena, circunscrevendo a faixa de terra onde se fizeram os primeiros achados auríferos, no centro da Capitania. A partir dessa área central surgiram outros núcleos; mas mesmo na primeira metade do século XIX, a maior densidade populacional concentrava-se nessa região. O grande afluxo de pessoas para esta região fez-se com que logo se tornasse necessária a instalação do poder régio. Torna-se preocupação o estabelecimento de núcleos urbanos com autoridades instaladas. A partir de finais do século XVII e início do XVIII a Coroa Portuguesa se preocuparia de modo mais sistemático com a normalização, a instalação de um aparato administrativo e fiscal, com o controle da população e com uma política de urbanização. A partir desses pressupostos interessa-nos efetuar uma discussão que permita refletir sobre os processos de ocupação e formação do território de Minas Gerais, a constituição e o estabelecimento dos núcleos de povoamento, assim como a criação de vilas e ações voltadas ao ordenamento dos espaços urbanos, as ações administrativas e de justiça efetuadas a partir da Coroa Portuguesa sobre a sociedade e o território mineiro.

Simpósio Temático 13: Biografias e trajetórias na escrita da História.

Coordenadores:

Priscila Musquim Alcântara (Mestre em História UFJF / Doutoranda em História UFJF)

Esther Itaborahy Costa (Mestre em História UFJF / Doutoranda em História UFJF)

Ementa:

A proposta deste simpósio temático consiste em promover uma discussão acerca da biografia e a escrita da história, incluindo, além do trabalho empírico realizado por historiadores que se dedicam ao estudo de biografias e trajetórias individuais, a biografia enquanto fonte a ser analisada pelo investigador ao longo de seu trabalho.

Segundo Geovani Levi, grande parte das questões metodológicas da historiografia contemporânea está relacionada à biografia, especialmente no que tange aos problemas de escala em análise, relações entre regras e práticas e sua relação com as ciências sociais. Para o historiador, esse debate ganha dimensões ainda maiores quando se considera a complexidade humana, a formação progressiva e não-linear das personagens e suas contradições.

Para os historiadores, a biografia permite, através da análise de uma vida, compreender redes, grupos, partidos, movimentos religiosos, e uma gama de organizações nas quais o indivíduo analisado se inseriu, levando em conta a sua relação com os demais membros. Segundo Phillipe Levillan, é possível, por meio da biografia, “analisar as relações entre designo pessoal e forças convergentes ou concorrentes, fazer o balanço entre o herdado e o adquirido em todos os domínios”. Além disso, a biografia é uma opção que traz consigo uma série de desafios, sendo o mais expressivo deles o de, por meio da análise de uma vida, oferecer contribuições para ampliar o conhecimento sobre determinado assunto no campo da história. Nesse sentido, promover o debate frequente entre historiadores que abraçam esta temática é sempre uma oportunidade de fomentar o intercâmbio de experiências a respeito da biografia na história.

Simpósio Temático 14: História da Arte: seus objetos, funções e sua escrita.

Coordenadores:

Andreia de Freitas Rodrigues (doutoranda em Artes UERJ)

Clara Habib de Salles Abreu (doutoranda em Artes UERJ)

Ementa:

A proposta da XXXII Semana de História da UFJF é refletir sobre a posição social do historiador e a escrita da História, abrindo espaço para discussões nos diversos campos e tempos formados a partir das relações estratégicas nas quais se produz e se dissemina

a própria escrita da História, considerando abordagens diversas (sociais, culturais, religiosas, econômicas, materiais, artísticas, políticas, naturais e/ou simbólicas), assim se constituindo como espaço de construção de identidades, campos de força e disputas, como redes contínuas, intercaladas e sobrepostas, como lugares de pertencimento, conquistas e conflitos, de relações de poder e afetividade – existentes também na complexa investigação sobre o objeto de arte. Panorama diante do qual emergem algumas questões: Quem são os historiadores da arte? Qual o papel social deste historiador da arte? Quais são seus objetos de estudo? Quais seus contextos de produção e circulação? Com quem e com o que estabelecem parcerias?

Tentando dar lugar a essas discussões e entendimentos dentro da escrita da História e mais especificamente da História da Arte, o Simpósio Temático aqui proposto tem como intenção agrupar pesquisas cuja temática aborde o estatuto social da arte e do artista, considerando as funções da arte em um campo ampliado, possibilitando o discurso no qual épocas variadas evocam o binômio arte/vida para caracterizar e justificar mudanças de significados e renovação de códigos sociais. Repensar o campo da História da Arte e suas fronteiras interdisciplinares a partir das transformações de paradigmas da disciplina e da sociedade ao longo dos anos, argumentado que os estatutos sociais, da arte e do artista, tornam-se enunciados para transformações desses paradigmas.

Convocamos deste modo pesquisadores da História da Arte de diversas origens, institucionais e teóricas, a participarem da XXXII Semana de História da UFJF apresentando comunicações nas quais seus objetos de estudo, permitam discussões e reflexões em torno de todo fazer que exige a escrita histórica, visando compreender sobretudo, a imbricação existente entre as esferas históricas e artísticas em diferentes recortes de tempo e espaço, demonstrando valores sociais não apenas do historiador, mas também de seu objeto – a arte e o artista.

Esperamos assim poder delinear as estratégias que marcam o aprofundamento das questões propostas, com comunicações que mostrem pluralidade de temas, matérias e perspectivas futuras.

Simpósio Temático 15: O Brasil Republicano: entre avanços e retrocessos.

Coordenadores:

Antonio Gasparetto Júnior (Doutorando em História UFJF)

Allony Rezende de Carvalho Macedo (Mestre em História UFJF)

Ementa:

A história da República no Brasil é marcada pelo avanço da autoridade pública, pela construção da cidadania e pela luta por direitos. O processo histórico, porém, não é evolucionário, sendo marcado por rupturas, continuidades, retrocessos e avanços. No caso específico da República brasileira, as lutas, os enfrentamentos e a instabilidade econômica, social e política se defrontam constantemente com a narrativa amplamente divulgada de um país pacífico, formado por sujeitos cordiais e tolerantes. A Proclamação República em 1889 trouxe os pressupostos da liberdade e da igualdade para o centro da arena política. Embora não se realizassem de maneira plena, abriram um flanco para que outras forças sociais e políticas buscassem espaço de forma incisiva, lutando por participação no poder, por direitos do trabalho e por cidadania plena. O regime, ainda controlado pelas oligarquias, fragilizou-se sob a pressão dessas novas demandas e sucumbiu frente à Revolução de 1930. Até 1945, se a agenda de direitos sociais avançou, isso se fez às custas da supressão dos direitos políticos na ditadura Vargas. O interregno entre 1946 e 1964 experimentou um momento inédito, no qual conviveram a expansão dos direitos políticos e a manutenção das conquistas sociais adquiridas principalmente a partir de 30. O que tão logo foi interrompido por nova ditadura que se estenderia por 20 anos. Na luta pela abertura política, a democracia se fez um fim em si para amplos setores que organizaram, primeiro em torno das “Diretas Já”, e depois na construção da chamada “Constituição Cidadã”, em 1988. Se é possível dizer que nesse momento se iniciou o período mais longo de vigência das liberdades públicas e democráticas no Brasil, também se torna necessário ressaltar a permanência da profunda desigualdade social e de práticas patrimonialistas, clientelistas e corruptas que comprometem o pleno estabelecimento do interesse público no centro do poder. Sendo assim, este Simpósio Temático visa acolher trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras interessados na temática do Brasil Republicano, nas disputas entre os diferentes atores do universo político e nos processos de construção da democracia, da cidadania, dos direitos sociais e políticos, marcados por rupturas e continuidades.

Simpósio Temático 16: Partidos políticos, movimentos sociais e mundos do trabalho no Brasil Republicano.

Coordenadores:

Camila Gonçalves Silva Figueiredo (Doutoranda em História pela UFJF)

Luisa de Mello Correard Pereira (Mestra em História pela UFJF)

Ementa:

Este simpósio temático visa conglomerar pesquisadores que se dedicam aos estudos relacionados aos movimentos sociais, trabalhadores e partidos políticos de esquerda em suas múltiplas experiências, no eixo espacial brasileiro no período republicano. Serão aceitos trabalhos de visão macro e micro, sobre experiências urbanas ou rurais, individuais ou coletivas, de movimentos políticos, partidários, sindicais, mutualistas; ou de qualquer período histórico pertinente aos mundos do trabalho e/ ou partidos políticos. Ademais, privilegiaremos pesquisas que destacam o papel ativo de atores antes marginalizados, como os trabalhadores de modo geral, os negros, as mulheres etc.

Este simpósio se encaixa nos estudos da História Política e História Social renovada, ao valorizar pesquisas que compreendem os movimentos sociais e fenômenos políticos de modo multidisciplinar e, em sua complexidade, ao determos como embasamento teórico e interpretativo os estudos desenvolvidos pelos historiadores Edward Thompson e Eric Hobsbawm. Thompson destaca o papel dos trabalhadores na História, ao valorizar as experiências políticas e culturais da classe operária como processo de formação de sua própria história e da humanidade. A partir desse ponto de vista, a classe operária ganha destaque como sujeitos da História, não apenas nos movimentos políticos, mas também em suas experiências culturais e cotidianas. Assim, o historiador valoriza o estudo do processo de criação, tanto na experiência quanto na consciência, de uma cultura específica dos trabalhadores através das lutas sociais, do cotidiano, dos costumes em comum”, caracterizando um processo de “fazer-se” da classe operária. Ao ensejarmos este debate, destacamos a divulgação de pesquisas historiográficas que se articulam com vários campos do conhecimento humanístico, dentre os quais a antropologia e a sociologia. No que se refere aos estudos que detém como objeto os partidos, respaldamos na concepção expressa pelo historiador Serge Berstein, segundo o qual o partido é um lócus complexo onde se estabelecem relações de poder, dessa forma, entender como são processadas essas relações deve ser objetivo proeminente dos pesquisadores. Devido à complexidade das interações, os estudos sobre as instituições partidárias não devem ficar restritos ao mero exame da trajetória histórica ou a dimensão ideológica que o constituem. Muito embora o entendimento dessas questões seja significativo para localizar as motivações que impulsionam os homens a ordenarem facções políticas específicas, para Berstein, a natureza dos partidos, bem como a sua integração nas diversas esferas da sociedade, devem

impulsionar nos historiadores contemporâneos o interesse em entender como a sua existência e desempenho interferem na dinâmica da sociedade.

Simpósio Temático 17: Patrimônio, História e memória: os desafios da interdisciplinaridade.

Coordenadores:

Carolina Martins Saporetti (mestranda em História UFJF)

Rafael de Souza Bertante (mestrando em História UFJF)

Ementa:

Este Simpósio Temático visa promover um debate acerca das relações entre história, memória e patrimônio cultural. Sabemos que ao empregarmos “patrimônio cultural” como objeto de discussão, entramos em um campo que necessita cautela por parte do pesquisador, a final de contas, há um vasto campo de apropriações, conceitos e abordagens dos mais diversos entornos deste assunto. Compreendemos patrimônio cultural como um conjunto de bens materiais – a saber, prédios, conjuntos urbanos, paisagens e sítios arqueológicos, entre outros – e imateriais – classificados como saberes, modos de fazer, formas de expressão e celebrações – considerados relevantes para a constituição dos valores de um grupo social. Tal debate acerca do patrimônio cultural acalora e aproxima formas de interdisciplinaridades, o que permite a junção e o diálogo entre profissionais e estudantes de diversas áreas.

Neste sentido, propomos uma reflexão interdisciplinar aos limites entre essas três áreas de estudo. História e memória vêm constituindo um papel relevante na construção de representações coletivas e na identificação de símbolos representativos como patrimônio cultural. Estas relações estão em permanente transformação de acordo com diferentes interesses e perspectivas. Dessa forma, organizam-se políticas públicas e se formam práticas e valores individuais e coletivos.

Atualmente, observamos um aumento na produção de trabalhos que utilizam o registro memorial como fonte, seja na História ou áreas afins. Assim, é importante debater sobre o papel do historiador na relação entre patrimônio, história e memória e na construção da história do tempo presente.

Dessa forma, este Simpósio Temático propõe-se a estabelecer um espaço de discussão sobre os debates a respeito do patrimônio cultural, porém permeado pela aproximação com a história e com a memória. Isto em um momento em que, como nos lembra Pierre Nora, sente a necessidade da história pela ameaça cotidiana as suas memórias. Os debates e a intensa produção historiográfica, por meio do mergulho em

novas fontes e possibilidades interpretativas, das últimas décadas em diversas áreas temáticas têm cumprido um papel importante na desconstrução de interpretações acerca de processos históricos e têm colaborado para serem forjados novos objetos de patrimonialização.

Assim, esse simpósio tem o propósito de provocar reflexões e debater sobre instrumentos, conceitos e práticas preservacionistas com o objetivo de estimular o debate sobre as contribuições da pesquisa histórica na elucidação de questões e na formulação de alternativas para a preservação do patrimônio cultural. Além do mais, se faz um espaço aberto para troca de experiências a partir da apresentação de diferentes trabalhos sobre este conteúdo.

Simpósio Temático 18: Impérios Ibéricos no Antigo Regime: poder, sociedade e cultura.

Coordenadores:

Daniela Rabelo Costa Ribeiro Paiva (Doutoranda História UFRRJ)

Hugo André Flores Fernandes Araújo (Doutorando História UFRJ)

Ementa:

Este simpósio temático tem como proposta oferecer um espaço de debate para as pesquisas que se dedicam a analisar as dinâmicas sociais, políticas e culturais dos impérios ibéricos e seus territórios ultramarinos na América, África e Ásia, e se mostram inseridas nas discussões historiográficas mais recentes de estudos sobre a Época Moderna Ibérica.

A historiografia dos impérios ultramarinos se renovou com grande vigor nas últimas décadas. A utilização de perspectivas globais mostrou-se importante para identificar os diferentes componentes que caracterizavam as relações políticas, sociais e culturais entre as monarquias europeias e suas conquistas ultramarinas. O que antes não era possível com a utilização das histórias nacionais. A renovação dos estudos de história política também influenciou profundamente a maneira como os historiadores passaram a estudar as sociedades de Antigo Regime, percebendo sua complexidade e uma gama de dinâmicas que até então eram ignoradas ou imperceptíveis. Conceitos como o de “Monarquias compósitas”, proposto por John Elliott, e “Monarquia pluricontinental”, formulado inicialmente por Nuno Gonçalo Monteiro e que vem sendo aprimorado por historiadores brasileiros e portugueses, tornaram-se centrais para os estudos das sociedades ibéricas. Esses conceitos estão sendo utilizados não apenas para

explicar fenômenos e relações políticas, mas também práticas sociais e culturais típicas dessas sociedades na Época Moderna.

Simpósio Temático 19: História e Gênero: Relações de Poder, Memórias e Identidades.

Coordenadores:

Ioneide Piffano Brion (Doutora em História, Política e Bens Culturais – FGV /
Doutoranda em História - UFJF)

Jéssica Costa Prazeres (Mestranda em História UFJF)

Ementa:

Este Seminário Temático pretende acolher trabalhos historiográficos e/ou com viés histórico (sociológicos, antropológicos, da ciência política, literários, dentre outros) que articulem análises sobre história e gênero com outros marcadores sociais (raça, classe, geração, identidade, sexualidade, religião, por exemplo) desenvolvendo, assim, investigações críticas sobre identidades de gênero, particularmente a partir de perspectivas que problematizem processos de naturalização e normatização. Assim, enfatizando como atribuições de feminilidades e masculinidades são historicamente formatadas, buscamos situar transformações operadas no âmbito de tradições teóricas estabelecidas em torno do gênero como categoria analítica e política.

A produção historiográfica brasileira das últimas décadas tem articulado o conceito de gênero a uma significativa gama de temas e discussões teórico-metodológicas: Gênero e Identidades; Gênero, Escravidão e Pós-Abolição (incluindo a dimensão da mudança nas categorias de cor e seus significados); Gênero e Racismo; Gênero e Feminismo; Gênero e Família; Gênero e Saúde; Gênero e Trajetórias Familiares; Gênero e Cidade; Gênero e Sexualidade; Gênero e Conjugalidade; Gênero e Cotidiano; Gênero e Honra; Gênero e Literatura etc. A relevância científica dessa proposta está justamente no entendimento do conceito de gênero como base para um sistema de percepção dos indivíduos nas suas relações sociais.

As desigualdades de gênero na sociedade resultam de uma tendência histórica em “naturalizar” desigualdades preexistentes. A naturalização das desigualdades de gênero desempenha uma função fundamental na reprodução das desigualdades sociais, quer sejam elas de classe, raciais, de geração, étnicas e/ou sexuais e ajudam a difundir a ideia de igualdade de oportunidade para todos, ainda que em presença de forte hierarquização. Isto se torna possível porque as desigualdades de gênero aludem sempre

às relações de poder – consequentemente, a forma como vivencia-se a opressão e a discriminação está diretamente relacionada a esta articulação. Os papéis sociais instituídos para o conjunto dos indivíduos são estabelecidos na sociedade como normas ou como costumes, sendo possível percebê-los na memória de histórias de vida, nos documentos oficiais e/ou nas leis. Assim, é pensando também na relevância social de pesquisas que se debruçam sobre questões de gênero, num contexto político e cultural em que a espoliação e a apropriação do corpo feminino adquire a cada dia novas e mais problemáticas configurações, é que propomos esse espaço de debate.

Simpósio Temático 20: Memórias da Cidade – O Patrimônio Cultural Urbano como Fonte para o Historiador.

Coordenadores:

Jéssica de Fátima Rossone Alves (Arquiteta e Urbanista - UFJF / Mestranda em Ambiente Construído - UFJF)

Leandro Gracioso de Almeida e Silva (Turismólogo - Faculdade Estácio de Sá – JF, Bacharel e Licenciado em História - UFJF, Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural - UFPel e Doutorando em História Social - UFRJ).

Ementa:

A crescente valorização do patrimônio cultural e memória em espaços urbanos tem sido motivo de diversos estudos nas últimas décadas. Pesquisadores de diferentes áreas como antropologia, história, arquitetura entre outras, têm interpretado as cidades para construir suas análises. De acordo com Maurício Abreu (1998), vive-se um período de ruptura e transição, marcado pela globalização, em que coexistem e interagem os tempos, surgindo incertezas e angústias, e em que naturalmente as atenções se voltam para a memória como explicação.

Neste período de transição aparecem reflexões teóricas que apontam para a busca do entendimento do lugar e a memória que este pode evocar, dentre os quais destacamos os estudos de Aldo Rossi na Arquitetura, Martin Heidegger na Filosofia, Pierre Nora na História, Joël Candau na Antropologia. Frequentemente, estes teóricos se debruçaram na conceituação e diferenciação entre memória e história, assim como discutiram questões como identidade e pertencimento. Uma preocupação constante é se há a possibilidade de se recuperar e/ou de se preservar a memória, formas espaciais perdidas, trajetórias de grupos étnicos e comunidades, nas quais estes autores também

discutiam diferentes maneiras de como sociedade e setores intelectualizados traçaram estratégias para salvaguardar suas memórias.

De modo geral, a cidade então passou a ser entendida como um lugar no qual, segundo Maurício Abreu (1998), seria possível encontrar as lembranças de um modo de vida tipicamente urbano. Ainda a respeito dos lugares serem capazes de deter memórias, foi Pierre Nora (1993) quem fez importantes estudos e compreendeu que alguns locais se tornam lugares de memória, pois não há memória espontânea, por isso a sociedade tem necessidade de criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, notariar documentos, sacralizar lugares porque estas operações não são naturais.

Neste sentido, a proposta deste Simpósio Temático é receber trabalhos que dialoguem numa perspectiva interdisciplinar os diferentes métodos de interpretação de espaços urbanos, bem como a relação entre a constituição e compreensão do que é patrimônio cultural e como esta relação se altera através do tempo. Contribuições que abarquem tanto o patrimônio material quanto as manifestações que compõem patrimônio imaterial, nesta inter-relação entre espaço e tradição serão bem-vindas.

Considerando que o patrimônio cultural é essencialmente interdisciplinar o objetivo é congregar historiadores, arquitetos, sociólogos, antropólogos, turismólogos, geógrafos, filósofos e todas as demais áreas afins, com o intuito de construir um debate amplo. Pois, segundo Aldo Rossi (1995), ciências isoladas não são suficientes para compreender complexos conjuntos urbanos e as estruturas de criação humana na dinâmica urbana, como destruições e demolições, expropriações e bruscas mudanças do uso do solo, especulação e obsolescência e, finalmente, monumentos enquanto expressão da vontade coletiva. Por fim, o propósito é discutir o papel que tanto o historiador como os pesquisadores afins têm na construção da história das cidades.

Simpósio Temático 21: Autoritarismos e democracia no Brasil republicano.

Coordenadores:

Juliana Martins Alves (Doutora – USP)

Coordenadora adjunta: Flávia Ferro (Doutoranda – UFJF).

Ementa:

O simpósio temático visa a reunir pesquisadores dedicados ao estudo da História política, da cultura política e das instituições, entre as décadas de 1930 e 1980, período de experiências democráticas e ditatoriais. Ele comportará trabalhos que reflitam sobre projetos e práticas de diferentes sujeitos históricos, relacionados às experiências da

democracia e autoritarismos, tendo em vista a historicidade desses conceitos. Nessa perspectiva, estarão em debate temas como: intelectuais e autoritarismo, cultura política e imprensa; as relações entre Estado e sociedade; partidos, instituições, movimentos políticos e sociais; organizações de esquerda e de direita; lutas, formas de organização e mobilização da classe trabalhadora no campo e na cidade; projetos de transição democrática; bem como as rupturas e permanências das experiências autoritárias de governo. Compreendendo um período histórico marcado por dois regimes autoritários (o Estado Novo e a ditadura militar) e dois processos de democratização, o simpósio pretende se constituir em um espaço de reflexão e debates sobre os temas relativos às complexas e contraditórias relações entre democracia e autoritarismos na História do Brasil republicano. Igualmente, ele objetiva desenvolver reflexões sobre o papel social dos historiadores, a relevância e aplicação social das pesquisas históricas no que diz respeito ao poder, à cidadania e às instituições políticas.

Uma variada gama de questões de relevância teórica e empírica prende-se ao tema deste simpósio temático. Autoritarismo(s) e democracia assumiram no processo político brasileiro múltiplos sentidos e significados, refletindo a própria historicidade desses conceitos. Sejam concebidos como categorias políticas antagônicas ou passíveis de aproximações e afastamentos em determinadas conjunturas, eles embasaram/conformaram projetos, governos e práticas político-institucionais de diferentes sujeitos históricos. Assim, refletir sobre as conflituosas relações entre democracia e autoritarismo, em suas múltiplas dimensões no tempo, é tarefa da qual o historiador não pode se furtar. Com base nas contribuições teóricas e metodológicas da “Nova História Política” e da História Cultural, o tema do autoritarismo e democracia vem ganhando crescente relevância nos estudos acadêmicos, revisitado por diversos historiadores, no Brasil e em outros países. Abrigando trabalhos do domínio da História Política, que se preocupem em compreender a importância da democracia e do autoritarismo, analisados segundo parâmetros de sua própria historicidade, o simpósio pretende espelhar a riqueza desses debates.

Simpósio Temático 22: O “mundo português” nas malhas do Tribunal do Santo Ofício: fontes, personagens e possibilidades de pesquisa.

Coordenadores:

Natália Ribeiro (Mestre em História – UFJF / Doutoranda em História Social da Cultura – UFMG)

Marcus Vinicius Reis (Mestre em História – UERJ / Doutorando em História Social da Cultura – UFMG)

Ementa:

Desde as publicações de “A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial” de Sônia Siqueira e “Cristãos-novos na Bahia” de Anita Novinsky, ambas situadas na década de 1970, é perceptível que a historiografia brasileira referente à temática do Santo Ofício português adquiriu amplitude e complexidade a partir das diferentes abordagens empreendidas pelos pesquisadores. Novas possibilidades de pesquisa emergiram, tais como as análises direcionadas à “micro-história”, destacando-se trabalhos interessados em resgatar inúmeras trajetórias que se atrelaram à perseguição inquisitorial: a presença maciça dos cristãos-novos nos processos do Santo Ofício se tornou fonte privilegiada para esses estudos. Na outra margem, também alcançaram solidez obras interessadas no funcionamento da complexa máquina burocrática que sustentaria os três séculos de atuação dessa instância, que seria suprimida em 1821.

Nesse sentido, o presente Simpósio Temático aqui proposto tem por objetivos reunir em seus diversos contextos e recortes (do séc. XVI ao XIX), pesquisas que busquem refletir e analisar os diversos contextos de atuação do Tribunal do Santo Ofício lusitano, revelando como essa instituição se tornou estrutura importante na própria construção do “mundo português” ao longo da Época Moderna. Desejamos, portanto, contemplar trabalhos que lancem mão não apenas das análises institucionais e seus agentes, mas, também, de abordagens endereçadas aos diversos delitos que compuseram o quadro de perseguição institucional do Santo Ofício: feitiçaria, sodomia, proposições heréticas, enfim, crimes contra a fé católica que produziram processos inquisitoriais e são capazes de revelar as nuances por detrás da construção do “mundo português” ao longo da Modernidade. Serão igualmente contempladas as pesquisas que se debruçam sobre as diversas conexões entre religiosidade, sociedade e política que conformaram tais espaços.

Simpósio Temático 23: História da arte / história das imagens: a construção histórica pelas imagens.

Coordenadores:

Martinho Alves da Costa Junior (professor PPG/ICH – Laboratório de História da Arte-UFJF)

João Brancato (mestrando PPG/ICH – Laboratório de História da Arte-UFJF)

Ementa:

O binômio História da Arte / História das imagens vem reiteradamente ganhando espaço na historiografia da arte das últimas décadas. A rigor, estamos diante de uma discussão ontológica do fazer do historiador da arte. Hans Belting, por exemplo, propõe a partir daquilo que se configura como Arte Global um entendimento dos estudos da imagem para além do nome Arte. Desta forma, não seria mais possível encarar o pensamento e a inteligência das imagens privilegiando um nicho específico do objeto artístico institucionalizado. No entanto, tais conceitos ou tentativas de validação de outros meios que não seriam, a rigor, próprios da História da Arte podem sugerir fronteiras ou limites à disciplina. A História da Arte, porém, é necessariamente fora de amarras ou limites no que se refere às imagens.

Este simpósio procura debater e promover discussões acerca das relações entre História da Arte e das Imagens, e de outros aspectos da cultura. O objetivo central é o debate entre propostas as mais diversas unidas pelo caráter da disciplina: tanto os gêneros derivados das Belas Artes, como pintura, escultura e arquitetura quanto as linguagens contemporâneas – incluindo a fotografia e o cinema - são bem-vindos, assim como os discursos produzidos sobre essas imagens, seja no campo da crítica, da teoria ou da historiografia, e as relações possíveis entre História da Arte e outras expressões da cultura como a Literatura.

Simpósio Temático 24: Desafios e possibilidades na escrita da história: a categoria gênero na perspectiva da história social e da história cultural.

Coordenadores:

Natanael de Freitas Silva (Licenciado em História pela UFRRJ / Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ)

Pamela Peres Cabreira (Mestranda em História Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / Graduada e licenciada pela mesma Instituição em paralelo com a Universidade do Porto, Portugal. Professora no curso de História do Consórcio CEDERJ-Unirio)

Ementa:

A presente proposta de Simpósio Temático tem por objetivo discutir dois debates que entrelaçam entre si: as teorias de gênero em sua forma conceitual e teórica e, dialogicamente, a participação das mulheres em processos históricos denominados de

revolucionários como a Revolução dos Cravos em Portugal em 1974, que tem sido abordado predominantemente sob a perspectiva da História Social do Trabalho. É importante lembrar que há cerca de 30 anos, a historiadora Joan Scott, com o seu artigo Gênero: uma categoria útil de análise histórica (1990) tensionou o campo de produção historiográfico oferecendo uma categoria que possibilitou e possibilita investigar e analisar as relações sociais entre homens e mulheres alicerçadas nas diferenças entre os sexos. Tal fato se deu na convergência do movimento feminista e conseqüentemente da entrada das mulheres na academia. Como bem aponta a historiadora Margareth Rago (1998), a entrada maciça das mulheres no campo universitário entre os anos 60/70 do século XX, não só como estudantes, mas como produtoras de conhecimento, de certa forma provocou uma “feminização do espaço acadêmico”, como também desestabilizou uma produção científica masculina e heterossexista. Elas não só reivindicaram seu lugar na História, como demandaram novos temas e novas abordagens. O que era considerado como característico do(s) mundo(s) feminino(s) ganhou visibilidade no relato histórico. “Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras” (RAGO, 1998:90). Logo, novos mundos foram descortinados, novas práticas problematizadas e novas interpretações forjadas. Indo além da inclusão das mulheres no discurso histórico, tratava-se: “de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina” (RAGO, 1998:92). Segundo Jurandir Malerba (2009), a década de 1960 presenciou uma transição de paradigma como uma mudança na percepção do tempo histórico, a fragmentação da noção de sujeito e a crise das metanarrativas, principalmente do marxismo clássico que centrava suas análises unicamente na luta de classes sem oferecer respostas aos novos sujeitos políticos que emergiam naquele momento, como as mulheres, os negros, os gays e as lésbicas. Assim, ao nos debruçarmos sobre as contradições e novas invocações no fazer da História Social, a partir de reflexões acerca do conceito de classe social e da crise política centrada na tradição marxista, teremos, a partir da década de 1980 novas problematizações da área, como questões de gênero, processos de racialização, a perspectiva teórica pós-moderna, entre outros, associado principalmente à chamada História Cultural, que vai priorizar uma determinada concepção de análise do discurso, com forte influencia de filósofos como Michel Foucault. Como aponta Rejane Jardim e Jordana Piepper (2010), enquanto a história

social parte de uma noção de experiência para compreender a relação dos operários com o mundo do trabalho, a história cultural, a partir de uma noção de discurso, objetiva compreender os diversos sentidos atribuídos à noção de trabalho de acordo com a linguagem acionada pelo sujeito. Assim sendo, todas estas perspectivas confrontaram a forma tradicional até então presente na historiografia de atribuir unidade intersubjetiva a cada uma das categorias sociais, forçando novos direcionamentos sobre a análise de classe e suas perspectivas. A concepção de classe tradicional, fechada em si e caracterizada a partir dos parâmetros dos movimentos operários do século XIX já não dava conta de abarcar as novas formações de grupos sociais e operários em desenvolvimento, sobretudo na questão de gênero e “raça”. Ainda nos anos 1980, algumas feministas como a norte-americana Kimberlé Crenshaw, vai defender que não é possível falar das experiências de mulheres negras no mercado de trabalho, p. ex., sem considerar a interação entre raça, classe e gênero. E por isso ela vai propor a noção de interseccionalidade, que nas suas palavras:

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (2002, 177).

Segundo Rodrigues, interseccionalidade se trata de um conceito forjado, inicialmente, “para dar significado à luta e experiência de mulheres, negras cujas especificidades não encontravam espaço de discussão quer no debate feminista quer no debate anti-racista”(2013:06). Tal premissa é considerada fundamental para evitar interpretações reducionistas e/ ou essencialistas em torno das relações sociais seja de gênero, de orientação sexual, de classe ou de raça, etc. Além de perceber que as opressões e silenciamentos produzidas a partir desses marcadores estão imbricadas, podendo se sobressair uma ou outra dependendo do contexto que o indivíduo está envolvido, não cabendo hierarquizá-las, mas compreendê-las no bojo de sua produção (HIRATA, 2014). Para Adriana Piscitelli, “a proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades” (2008:266). Em vista disso e levando em consideração as tensões, as intenções e disputas teórico-metodológicas que orientam e circundam a produção do saber histórico (MALERBA, 2009; JENKINS, 2001 e 2014), podemos perceber que a

escrita da história participa das disputas discursivas e dos jogos de representação e de visibilidade. Pois como aponta Antoine Prost (2008), escrever a história só nos é possível a partir de questões forjada pelo/a historiador/a no seu tempo presente (PROST, 2008), além disso, ela não está desconectada das condições políticas, sociais e culturais na qual o/a historiador/a está inserido, assim sendo, “o historiador não pode escamotear o lugar histórico e social de onde fala, e o lugar institucional onde o saber histórico se produz” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007:61), porquanto, se a escrita é uma arma, o que se conta a maneira e o por que, faz toda a diferença.

Sendo assim, o objetivo deste simpósio é reunir diversos estudos que operam com o conceito de gênero para a análise histórica em suas mais diversas abordagens, temas e fontes, além das reflexões que evidenciem os possíveis efeitos da categoria gênero na produção do discurso historiográfico, deste modo, almejamos estimular o debate, induzir a dúvida, ao estranhamento e a desnaturalização dos pressupostos androcêntricos (WELZER-LANG, 2014) vigentes na produção do discurso histórico. A título de exemplo, abordamos a partir da participação das mulheres no processo revolucionário conquistado ao longo da década de 1970 em Portugal, desencadeando na Revolução dos Cravos, em pressão nacional sobre os problemas enfrentados nos direitos trabalhistas, na reforma agrária e na luta colonial. A ação ativa das mulheres nas fábricas, indústrias, no setor agrícola e, claro, nas atribuições domésticas, tornaram essencial a concretização da possibilidade da virada histórica traduzida pela Revolução dos Cravos, tema muito pouco discutido na Historiografia brasileira nas concepções de Portugal contemporâneo e as relações de gênero nas manifestações trabalhistas. Pretendemos trazer à tona discussões que, carentes ainda de espaços de discussão, sejam permitidas em diálogo com os colegas historiadores interessados em despertar, ou os já despertados, para observar a partir de novos ângulos manifestações da História até então permeadas apenas por homens, por instituições e por formalizações públicas. Trançar caminhos que apontem novos entendimentos a partir da inserção das mulheres na História é uma justificativa importante nesta proposta. Cabe-nos discutir, a partir do exposto, as colaborações teóricas e de estudos de caso sobre as novas fronteiras da História Social e História Cultural, debater suas críticas e possibilidades acerca das críticas feministas às concepções tradicionais de análise de classe; da crítica ao termo “sexo” por sua ênfase biologizante tendo em contraponto o termo “gênero” (BUTELR, 2013) no sentido de ressaltar os aspectos culturais que se relacionam às diferenças sexuais; desmistificar, na função social de historiadores, os papéis masculinos e

femininos como algo fixo e/ou romantizado ao longo da história, mas sim os diversos fios possíveis a percorrer nas relações históricas do processo de formação da sociedade contemporânea.

Referências:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História a arte de inventar o passado**. Ensaio de teoria da história. SP: Edusc, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, p.61-73, v. 26, n. 1, junho/ 2014.

JARDIM, Rejane B.; PIEPPER, Jordana, A. Aproximações e divergências: história social, história cultural e a perspectiva gênero. **MÉTIS: história & cultura** – v. 9, n. 18, p. 87-97, jul./dez. 2010.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. SP: Contexto, 2001.

MALERBA, Jurandir. **A história da América Latina: ensaio de crítica historiográfica**. RJ: FGV, 2009.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia: UFG, v.11, n.2, p.263-274, 2008.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu** (11), Campinas, p. 89-98, 1998.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, **Desafios Atuais dos Feminismos**, Florianópolis, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(2): p. 5-22, jul/dez.1990.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. p. 460-482.

Simpósio Temático 25: Imagens, História e Política.

Coordenadores:

Juliana Muylaert Mager (Doutoranda em História pelo PPGH/UFF / Professora do Departamento de História da UFJF)

Wallace Andrioli Guedes (Doutor em História pelo PPGH/UFF / Professor do Departamento de História da UFJF)

Ementa:

A proposta desse simpósio consiste em reunir trabalhos que investiguem a relação entre as imagens e a história, considerando as relações envolvidas nos seus circuitos e trajetórias sociais. Dá-se especial atenção aqui ao estudo das imagens em seus muitos diálogos possíveis com a política no mundo contemporâneo, considerando a centralidade que as primeiras têm na produção de discursos e sentidos políticos. Desse modo, o foco do presente simpósio recai em discutir as relações entre a História, como campo de conhecimento, e as imagens, sejam aquelas produzidas com fins explicitamente políticos, sejam as que alcançam a política a despeito de outros propósitos originais.

A relação entre as imagens e o saber histórico antecede e escapa aos domínios da historiografia, remetendo à antiguidade. Nas sociedades contemporâneas, contudo, as imagens ganharam novos sentidos, suportes e espaços de circulação e exibição, como a fotografia e o cinema, adquirindo papel de destaque nas relações sociais. A historiografia recente tem, nas últimas três décadas, se voltado para o estudo das imagens a partir de um processo de renovação e ampliação dos objetos e abordagens do historiador. Parte desses estudos tem se dedicado a compreender e analisar as imagens a partir do conceito de cultura visual, buscando uma leitura ampla dos circuitos de

produção, circulação e recepção das imagens, privilegiando a leitura desses objetos em sua materialidade. Nessa perspectiva, os objetos visuais não aparecem como um “reflexo” do contexto, configurando-se como “agentes” históricos. Assim, entende-se que o estudo das imagens tem colocado novas questões para a historiador, possibilitando refletir sobre as diversas formas de se escrever e pensar o conhecimento histórico.